

Liana de Andrade Biar
lianabiar@gmail.com

Desvio e estigma: caminhos para uma análise discursiva

Deviance and stigma: Proposals for a discourse-based analysis

RESUMO – O presente artigo revisa teoricamente o conceito goffmaniano de estigma – caro aos estudos discursivos e educacionais no Brasil – em um percurso que recupera sua relação com a sociologia do desvio capitaneada por H. Becker e suas raízes na Escola de Chicago. O artigo se propõe a lançar um olhar discursivo sobre tais noções sociológicas, refletindo sobre os modos como uma análise da fala-em-interação pode ser produtivamente utilizada na sua compreensão. Especificamente, reivindica-se o uso de categorias de análise oriundas da sociolinguística interacional e da análise de narrativa, tendo em vista a produtividade dessas noções para o exame do trabalho retórico que sustenta o entendimento das noções de desvio e estigma.

Palavras-chave: desvio, estigma, face, narrativa.

ABSTRACT – The present paper offers a theoretical literature review of Goffman's concept of stigma, which has been extensively relied upon in discursive and educational studies in Brazil, by highlighting its relation to H. Becker's Sociology of Deviance and its roots in the Chicago School. The paper aims at approaching such sociological notions from a discursive and interactional standpoint. It is specifically argued that certain analytical categories drawn from work in both interactional sociolinguistics and narrative analysis can be productively employed to provide a better understanding of the notions of deviance and stigma.

Keywords: deviance, stigma, face, narrative.

Introdução

O presente artigo, de natureza teórica, focaliza e articula os conceitos sociológicos de *desvio*, de Becker (2008 [1963]), e *estigma*, de Goffman (1988 [1963]), aqui tomados como processos de construção identitária caros aos estudos que se debruçam sobre o fenômeno social da rotulação de grupos e indivíduos. O artigo busca lançar um olhar discursivo sobre essas duas noções, sublinhando os aspectos simbólicos de suas formulações e refletindo sobre os modos como uma análise discursiva da fala-em-interação pode ser produtivamente utilizada na compreensão da rotulação identitária. Com isso, busca-se argumentar que a reflexão sociológica sobre estigma/desvio pode se beneficiar da lente discursivo-interacional para observar o trabalho retórico situado que o constrói nas mais diversas situações sociais.

Para cumprir esse objetivo, o texto que segue estará organizado da seguinte maneira. Em primeiro lugar, beneficiando-me especialmente dos enquadramentos teóricos presentes na obra de Gilberto Velho (2000, 2003, 2007), apresento breves encaminhamentos da tradição sociológica interacionista, que servem de moldura e contextualização às duas noções centrais em tela neste artigo.

Após essa contextualização, localizo e apresento

as ideias de Becker, pouco familiares aos estudos discursivos sobre interação, destacando a forma como o autor concebe o caráter negociado e contextualizado da noção de desvio. Para esse autor, os rótulos desviantes são produto de negociações tácitas nos encontros sociais, em que grupos de pessoas, realizando ações conjuntas, decidem e rotulam quem e o que deve ser considerado às margens da fronteira da normalidade.

Em seguida, passo a explorar as semelhanças de linhagem entre essa noção e o mais difundido conceito de estigma, conforme formulado por Goffman. Na definição goffmaniana, um estigma, que incide sobre indivíduos e grupos socialmente desabonados, aplica-se não de maneira direta, considerando-se características em si mesmas negativas, mas a partir da violação das expectativas normativas sustentadas culturalmente sobre a apresentação social de um indivíduo em diferentes contextos de interação social.

As afinidades das formulações de Goffman e Becker com boa parte das teorias pós-estruturalistas que tendem a desessencializar a noção de identidade, concebendo-a como efeito de práticas semióticas orientadas situacionalmente (Bucholtz e Hall, 2005; Butler, 1990; Moita Lopes, 2002, 2003, entre outros), justificam a inclusão do conceito goffmaniano de *self* (2009 [1959]), que estará aqui contemplado com vistas a demonstrar de

que forma as questões interacionais relativas ao desvio/estigma podem ser expandidas para toda sorte de problemas de definição e apresentação identitária, tão caros às análises de discurso.

Por fim, o artigo encaminha algumas maneiras pelas quais as teorias aqui revisadas podem ser diretamente articuladas aos estudos discursivos. Mais especificamente, recorro aqui aos estudos da narrativa (Bruner, 1990; Linde, 1993; Mishler, 2002) e à análise do trabalho de face (Goffman, 2001 [1967]), duas possibilidades analíticas com vida fértil no campo da sociolinguística interacional.

Escola de Chicago e os processos de individualização

De acordo com os encaminhamentos da sociologia interacionista, mais especificamente o movimento conhecido como Escola de Chicago, para se entender o modo como as diferenças e conflitos marcam as configurações atuais da interação entre grupos e indivíduos, é preciso recorrer aos processos de formação da “sociedade moderno-contemporânea”, bem como aos processos de individualização que ela fomenta.

Para Simmel (1902 *in* Velho, 2003), que, desde o início do século XX, já apontava particularidades históricas e sociológicas da metrópole – em oposição à homogeneidade e estabilidade remotas atribuídas à vida rural em aldeias e vilarejos –, é a diferença que funda e constitui as sociedades urbanas atuais. Tal diferença estaria patente na multiplicidade de domínios (coisas a se fazer; papéis a desempenhar) e níveis de realidade (pontos de vista; visões de mundo) que, coexistentes, desafiavam o desenvolvimento integrado dos indivíduos.

Interessados nessa diferença, e nas repercussões sociológicas do fenômeno, a Escola de Chicago, descendente da obra de Simmel, realizou, seminalmente através de Park (1916), pesquisas sobre o crescimento problemático da cidade, organização social de seu espaço, heterogeneidade étnica, econômica e cultural de seus habitantes, entre outros objetos que, em resumo, pretendiam dar conta da dinâmica social das populações urbanas, suas relações com a cidade e formas de interação que emergiam desse contexto (Velho, 2000, p. 16). A partir dos estudos desse grupo, a prototipicidade de Chicago tornou-se metonímia para os estudos sobre a metrópole: decorrente da complexidade das metrópoles, fenômenos como a violência, ainda de acordo com Velho (2007), nas suas formas “urbanas” atuais, só podem ser compreendidos tendo esse cenário como pano de fundo.

Isso acontece porque um dos aspectos mais sublinhados decorrentes do processo de urbanização é a impessoalidade que se instaura nas relações entre os indivíduos. A desagregação das redes de parentesco e reciprocidades que marcavam as pequenas comunidades, nas novas configurações, que propiciam estímulos abundantes

e experiências e hábitos mais divergentes e velozes, acaba por criar isolamento e anonimato como novos valores ou padrões de comportamento, quase como uma capa protetora contra a fragmentação – uma atitude *blasé*, nas palavras de Simmel (*in* Velho 2000) –, cuja consequência mais drástica é o acirramento dos conflitos no convívio social. No contexto brasileiro, a explosão demográfica das populações urbanas em decorrência do êxodo rural e os próprios processos citadinos de segregação social estão na base da composição de grupos pobres de baixa renda, com demandas básicas de saúde, habitação, educação e trabalho, que se tornam, a um só tempo, vítimas e agentes da violência (Velho, 2000).

O mesmo processo de segregação e distância social repercute nos processos identitários: se uma das características da sociedade que se acaba de descrever é “a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo” (Velho, 2003, p. 14), uma outra faceta do anonimato é justamente a possibilidade de trânsito, por parte dos indivíduos, entre diferentes grupos, situações sociais e seus respectivos “repertórios de significados”, para usar os termos de Geertz (1989). E são justamente a desagregação e o rompimento de valores decorrentes dela que permitem ao indivíduo desempenhar dinamicamente diferentes papéis, mesmo que fragmentados e contraditórios. Nas palavras de Velho e Machado da Silva (1977, p. 79-80): “o que seria mais característico da grande metrópole é a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes, e, até certo ponto, estanques. Isso é o anonimato relativo”. Isso acontece porque é sempre possível compartilhar um foco de ação coletiva em que a mesma rede de significados está disponível para pessoas oriundas dos mais diferentes contextos. Marcas de estratificação social, faixa etária, ocupação, pertencimentos étnicos, entre outros, podem aparecer e desaparecer em certos enquadres desde que uma definição comum de realidade – ou uma mesma “província de significado” (Schutz, 1979) esteja sendo compartilhada.

Um conhecido exemplo desse processo é aquele descrito por Velho (2003). Em uma rua movimentada de um dia útil em Copacabana, no Rio de Janeiro, um senhor aparentemente teria incorporado publicamente um “preto-velho”, entidade espiritual da Umbanda. A situação, aparentemente exótica, foi rapidamente assimilada e organizada pelos transeuntes que, mesmo oriundos de grupos sociais bastante divergentes, se distribuíram rapidamente entre consulentes e ajudantes da entidade, e encenaram, ali, em plena calçada, um ritual religioso. O que o exemplo ilustra é o modo como hierarquias patentes em outros contextos – o cenário era composto por personagens dos mais diversos tipos, de senhoras distintas da zona sul do Rio a estudantes secundaristas uniformizados, por exemplo – desapareceram quando o contexto religioso se impôs, isto é, quando uma definição comum de situação social redistribuiu expectativas e desempenhos congruentes àquela

moldura. Pode-se dizer, então, que unidade (pessoas fazendo coisas juntas) e fragmentação (pertencas a diferentes mundos de significado; atitude *blasé*) estão na base de uma teorização interacionista sobre identidade social, que prevê (i) que a realidade social é construída simbolicamente, é uma rede ou uma “província de significados” negociada a cada situação social e (ii) que as pessoas estão sempre em uma interseção entre diferentes mundos, interagindo e aprendendo com novos universos semânticos (o “mover-se” é sempre interacional).

A partir do caso do preto-velho, os encaminhamentos de Schutz (1979) e Simmel (2013 [1916]) são reformulados por Velho (2003) nos seguintes termos. O estilo limite¹ das metrópoles e os jogos identitários propiciados por elas (a possibilidade de se circular por diferentes arenas de significado, isto é, diferentes experiências e papéis sociais) não permitem uma construção precisa de mapeamentos identitários socioculturais. E os múltiplos papéis assumidos em função do movimento por diferentes planos seriam incompatíveis apenas se pensássemos em uma sociedade monolítica ou dividida por categorias estanques.

O que o trabalho sociológico, então, deve objetivar entender são quais os “campos de possibilidade” de deslocamento entre províncias de significado construídas pelos indivíduos no curso dos processos históricos (ou: quais são as disponibilidades para a metamorfose identitária), e quais os processos de interação e negociação que estão na base das *performances* e códigos assumidos em determinadas circunstâncias pelos atores sociais.

São essas reflexões que norteiam tanto os estudos identitários sobre desvio de Becker (2008) quanto os de Goffman (2009, 1988), e não se dissociam fundamentalmente das reflexões atuais sobre fragmentação no sujeito contemporâneo.

A construção social do desvio

Para as teses caras à sociologia interacionista, uma posição social não é algo que se possui para que posteriormente se exiba; antes, é uma consequência da adoção e da aceitação de modelos de conduta apropriados e expressivamente coerentes. Os estudos dessa inclinação teórica que se debruçam sobre o crime e a criminalidade, por exemplo, tomados frequentemente (mas não exclusivamente) como formas de *desvio*, tenderão a caracterizá-lo dessa mesma maneira, insurgindo-se contra versões mais ou menos deterministas para o fenômeno.

Tais versões deterministas advêm basicamente de dois grupos. O primeiro deles, que abriga as teses ditas

psicológicas, tende a localizar no indivíduo o crime, isto é, em suas falhas de caráter, doenças mentais e outras sortes de pré-disposições à violência. Essa versão apresenta, entretanto, um problema óbvio para se explicar os crimes de grupo, como é o caso, por exemplo, do tráfico de drogas no Rio de Janeiro: uma explicação como a de natureza estritamente psicológica fragiliza-se porque supõe uma certa coincidência determinante de patologias entre as pessoas que apresentam comportamento desviante, fato que certamente não se observa na prática.

O segundo tipo de explicação, de natureza macrosociológica, é aquele que equaciona as causas da criminalidade com “patologias” de natureza social. Nesse caso, a “doença” estaria localizada na sociedade, que, por seus mecanismos de segregação, expulsão e hierarquização, produziria por coerção indivíduos sofridos, marginais e consequentemente violentos. Tal explicação também não está livre de limitações, uma vez que trata a condição social e a história de vida dos atores sociais como fatores determinantes, ignorando que, na prática, não se verifica nesses grupos uma adoção homogênea de um mesmo tipo de comportamento. No município do Rio de Janeiro, por exemplo, 22,03% da população residem em favelas², e muito pouco desse total se encontra empregado pelo tráfico ou incidindo em qualquer outro tipo de infração criminal.

Segundo Velho (2003), ambas as explicações são variações de uma visão estática e pouco complexa da vida social, que a reificam, ou à psicologia humana, delegando a explicação do desvio para algo muito além daquilo que a observação direta pode alcançar e muito aquém do próprio processo acusatório, segundo o autor, uma variável bem mais relevante que a ação desviante em si, uma vez que são comuns tanto os casos em que o rótulo antecede a ação quanto aqueles em que a ação jamais resulta no rótulo.

Distanciando-se tanto das explicações macrosociológicas quanto das psicológicas, o trabalho de Becker tende a desprezar mecanismos exploratórios que levem em conta forças abstratas e se debruça sobre a noção de desvio enfatizando que se deve pensar no que o desviante faz em sua rotina, no que pensa sobre si mesmo, a sociedade e as atividades de que esta é composta (Becker, 2008). Interessa a Becker elucidar questões tais como: qual o processo pelo qual a pessoa normal torna-se envolvida em instituições e comportamentos convencionais? E qual processo faz com que ela assuma impulsos desviantes?

Salientando a agentividade como princípio da ação social e deslocando a discussão para o plano simbólico, Becker (2008) parte da formulação bastante evidente de que há um grupo formulando o julgamento do que é desvio, e que, por essa razão, diferentes grupos

¹ Para Velho (2003), a sociedade “moderno-contemporânea” não difere fundamentalmente de outras formas de organização social. Toda sociedade seria marcada por diferenças – planos e dimensões simbólicas divergentes. O que ocorre em nossos dias é um acirramento, isto é, uma maximização da fragmentação de papéis e domínios; evidência mais nítida de algo que funda a natureza social.

² Dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 para o município do Rio de Janeiro.

consideram coisas diferentes como desviantes. O desvio em si é um conceito vago e divergente que decorre de um processo de rotulação nem infalível nem correspondente ao real, sendo o indivíduo desviante aquele a quem, devido a relações complexas de poder, um rótulo foi aplicado com sucesso. Não haveria, nesse ator social, uma motivação localizada e identificável como causa do comportamento desviante; antes, Becker o reformula como algo que emerge das relações sociais; que é criado nelas; na própria sociedade estão as regras de cuja violação decorre o desvio. E é necessário certo grau de consenso e cooperação de muitas pessoas para que um desvio seja sancionado como tal.

Como dito anteriormente, não estando o desvio definido aqui pela qualidade do ato ou por um condicionamento de qualquer natureza, mas sim como algo que resulta da interação entre acusadores e acusados, ele é tomado como uma noção perspectivada e controversa. De fato, Becker (2008) aponta que as regras acordadas socialmente que determinam os parâmetros para a ação desviante não descendem diretamente de valores morais cultivados numa dada cultura. Os valores são ambíguos e podem ser interpretados de muitas formas; passam, como diz Geertz (1989), pelos inacabamentos da cultura, suas áreas de manobra, de significado aberto. As regras são produto da ação de um empreendedor que as cria, e das relações de poder que as consensualizam.

Desta observação surge um conceito, ainda formulado por Becker (2008), que interessa particularmente, como se verá adiante, à análise de narrativa informada pela sociolinguística interacional. Para o autor, impulsos e desejos desviantes, que todos certamente têm, são transformados em padrões definidos de ação por meio da interpretação social de uma experiência em si mesmo ambígua, e tal ambiguidade tende a forçar o ator social a produzir justificativas racionais que conformem a ação desviante dentro de um círculo maior de comportamentos aceitáveis. O desviante permanece sensível aos códigos e condutas convencionais, e a maneira que encontra para lidar com isso é justamente lançar mão de certas técnicas de neutralização que passam a organizar sua identidade. Trata-se de justificações de natureza histórica, psicológica ou legal, e sobretudo discursivas, para o desvio que são vistas como válidas por quem as produz – embora não o sejam para o sistema legal –, e que neutralizam a força dos valores e da aceitação da ordem até o ponto de resignificarmos as ações desviantes como “prazerosas” ou “meritosas” (Becker, 2008).

A apresentação do *self* nos encontros sociais

De maneira mais ampla que Becker, a construção interativa da subjetividade ganha espaço especialmente no trabalho sociológico de Goffman (2009). A exemplo dos demais signatários do empreendimento interacionista, o

autor procurou dar conta de como os indivíduos “vivem, interpretam e atuam no trânsito entre diferentes esferas de significado” (Velho, 2003, p. 27). Então, partindo do princípio comum da pluralidade dos mundos sociais, Goffman desenvolve uma microsociologia dos encontros que tem por objeto as competências que explicitamos ao entrar em “acordos” interacionais, ou seja, acordos sobre as definições de situação e o modo de se comportar em função de seus princípios reguladores. Também de acordo com Velho: “o mérito de Goffman foi de fazer do universo de serviços um laboratório dos rituais da vida cotidiana, de estudar-lhes a dimensão normativa e de analisar os motivos em termos de competências sociais” (Velho, 2003, p. 27).

Para Goffman (2009), as identidades se manifestam em co-presença a partir de sinais de várias naturezas que a todo tempo os participantes de interações cotidianas emitem e interpretam. Tais sinais nos ajudam a definir a situação e orientam nossa maneira de agir no mundo. Calculadamente ou com pouca consciência disso, atores sociais estão sempre expressando a si mesmos – expressão que não deve ser entendida nos termos de um “verdadeiro eu”, mas como apresentações sociais baseadas em interpretações do que seja adequado cultural e situacionalmente –, de modo a causar uma impressão naquele que recebe e interpreta tais sinais. O “si mesmo” de Goffman traduz-se na expressão consagrada por “*self*”, definida pelo autor como um sentido de si produzido a partir de variadas experiências em sociedade (Goffman, 2009).

O caráter fluido dessas imagens projetadas exige dos interactantes tomá-las como um trabalho estratégico e regulado, em função da definição de situação e da imagem que pretendem obter da troca interacional, estabelecendo um plano de ação, sustentado pelos significados sociais consagrados que associam indicialmente certos sinais a interpretações já estabilizadas.

Nesse sentido, ainda que um senso de subjetividade habite o ator social, ele não está, segundo Goffman (2009), livre de contrassensos: a atividade em co-presença, porque indicial, tem sempre um caráter promissório: as inferências originadas dos índices são sempre expectativas, de modo que a identidade co-construída na interação seja sempre uma impressão; uma aparência.

Não à toa, Goffman elege o domínio dramático como base para suas metáforas da vida em sociedade. De acordo com o autor, o *modus vivendi* interacional se caracteriza pela prestação de homenagens às aparências, a partir de um trabalho dramático de representação de atividades e papéis, em que a situação é o palco, o sujeito o ator, e seus interlocutores a plateia, de quem se espera certa adesão cooperativa.

Assim como no drama, a vida social está repleta de estereótipos abstratos sustentados na coletividade que restringem as possibilidades identitárias, regulando o modo como se espera que determinado grupo se compor-

te socialmente. Goffman chama de fachada institucionalizada a tendência segundo a qual os atores incorporam valores socialmente reconhecidos para oferecer uma impressão idealizada aos seus pares, desprezando as incompatibilidades para manter coerência expressiva. Esses comportamentos são dependentes, como já se disse, do tipo de audiência igualmente idealizada para quem se realiza a *performance*: “aqueles diante dos quais desempenhamos certos papéis não serão os mesmos para os quais desempenhamos outros papéis” (Goffman, 2009, p. 24).

Dai se deduz que, para o autor, o saber exigido para a vida em sociedade e para a marcação de pertencimento a grupos sociais pressupõe tanto a obtenção de um certo equipamento de sinais convencionados, que atendam a normas pré-existentes, quanto a familiarização com sua manipulação: vigilância para que a máscara culturalmente desejável seja mantida no lugar. Isso quer dizer que, na visão não representacionista de Goffman, o *self* é um produto social resultante dessas *performances* normalizadas em que o indivíduo se engaja, sendo suas representações locais inevitavelmente falsas, conquanto obrigatoriamente verossímeis.

A “identidade deteriorada” ou o *self* estigmatizado

Acerca ainda dos princípios reguladores da imagem nas diferentes situações sociais, Goffman (1988) formula o conceito de estigma para tratar de algo semelhante ao formulado por Becker (2008) a respeito do desvio. A diferença reside no foco lançado por um e por outro. Enquanto Becker se ocupa do que se pode chamar de a “gênese” do rótulo de desvio, Goffman trata dos encontros sociais que envolvem pessoas estigmatizadas; do confronto entre as expectativas sobre o encontro que regem as situações sociais e do modo como ele, o confronto, efetivamente acontece, quando um ou mais dos atores envolvidos foge ao padrão requerido, dentro ou fora das instituições totais.

Uma definição inicial para o estigmatizado poderia ser, segundo Goffman, “aquele que não está habilitado para a aceitação social plena” (1988, p. 7), por conta de uma informação social negativa que ele próprio transmite, voluntária ou involuntariamente, sobre si. De forma mais elaborada, a ideia básica é que, quando estamos em uma situação em co-presença, prevemos virtualmente certos atributos que comporiam a identidade social de nossos pares. Transformamos, então, essas pré-concepções em expectativas normativas sobre como o indivíduo que está a nossa frente deveria ser ou agir. Essas expectativas, entretanto, precisam ainda ser confrontadas com aquilo que é atualizado na interação: os atributos efetivamente ali reconhecíveis. Quando há uma discrepância entre o “virtual” e o “atual”, tem-se a constituição do estigma, em geral, identificado por um

atributo profundamente depreciativo; algo que possa ser considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem. Em resumo, estigma seria o resultado de uma tensão entre atributo e estereótipo.

Os exemplos de estigma elencados por Goffman (1988) são vários: “abominações” do corpo; marcas indiciais de vícios, doença mental, raça, nação, religião, contravenção desviante e passagens por presídios, manicômios, etc. Todos esses perfis compartilhariam as mesmas características sociológicas: seus traços se impõem à atenção e desestabilizam o contato face-a-face.

O conceito não deve ser visto, porém, como uma etiqueta diretamente aplicável àqueles que apresentam certas características previamente determinadas. Embora tais características sejam fortes candidatas à estigmatização nas sociedades urbanas ocidentais, há que se relativizar o que é tomado como depreciativo em diferentes grupos. Nas palavras de Goffman,

o termo estigma será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso (1988, p. 13).

Tal como o desvio – e porque ambos são faces da mesma moeda –, o estigma é um rótulo que depende fundamentalmente das relações sociais, de assimetria, de poder, para ser aplicado:

o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida (Goffman, 1988, p. 178).

Também de maneira semelhante a Becker (2008), Goffman (1988) lembra que o estigmatizado não vive em um mundo à parte, e costuma compartilhar as expectativas sobre identidade e comportamento social com os ditos “normais”. Ele aprende e incorpora, desde as mais tenras fases de interação, a perspectiva da normalidade, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação ao que significa possuir uma marca de diferença que os outros veem como defeito, e permanece suscetível a essa perspectiva. Essa espécie de “carreira moral” por que passa o estigmatizado tem implicações no modo como ele interage com pares não estigmatizados.

Isso acontece nos seguintes termos: quando um atributo não se apresenta de antemão, isto é, quando a marca da diferença não é, por exemplo, sensorialmente perceptível – o que ocorre nos casos em que alguém apresenta uma necessidade física ou neurológica evidente – o indivíduo tende a manipular a informação sobre estigma, encobrindo-o por meios discursivos (pode-se,

por exemplo, omitir, mentir ou amenizar o atributo) ou por outras formas semióticas de apresentação social que “desidentificam” o atributo estigmatizável (por exemplo, quando um analfabeto finge estar lendo um livro, está transmitindo indicialmente uma informação social não compatível com sua condição).

Goffman enfoca justamente esse tipo de encontro, que ele denomina “misto”, para afirmar que neles ocorre “uma das cenas mais fundamentais da sociologia”: quando um par fundado na diferença precisa estabelecer uma relação e enfrentar os efeitos da interpretação de seus atributos para manter fluida a “marcha interacional” (1988, p. 23). Dois caminhos são possíveis nesse enfrentamento: o estigmatizado, particularmente, pode sentir que deve controlar ao extremo a impressão que está causando, esforçando-se para parecer um “igual”, ou pode sentir disposição por parte de seu interlocutor em adotar o seu ponto de vista, quando é o “normal” quem se esforça por tratar o desviante como um igual. Ao par que se revela nessa segunda possibilidade, Goffman denomina “informado”: “os normais cuja ação especial leva a simpatizar ou conhecer melhor a vida do estigmatizado” (Goffman, 1988, p. 37).

A questão sociológica central que se coloca a respeito do tipo de interação que se instaura nos contatos mistos, é, como se viu, o controle estratégico sobre a imagem que um indivíduo pode ter de si mesmo. Esse tipo de controle – e esse é um ponto importante da argumentação do autor desde os seus primeiros estudos sobre o *self* – não difere substancialmente, por exemplo, das atividades em que todos – sejam estigmatizados ou não – nos engajamos diariamente quando nos apresentamos socialmente. O conhecido exemplo de Preedy, do romance de William Sansom, apresentado por Goffman (1959) em *A representação do eu na vida cotidiana*, é paradigmático em relação ao fato de que a manipulação da informação (que tanto se refere à exibição quanto ao encobrimento) é uma característica geral da sociedade, e que ocorre sempre que há normas de identidade. Assim, diferenças estigmáticas e cotidianas fomentam o mesmo tipo de padrão interacional, em contínuo, não sendo exclusiva de nenhum grupo específico: todos querem apresentar-se sob uma luz favorável, porque estão particularmente interessados, cada um na sua esfera de atividade, em aceitação social. Podem ser analisados, portanto, segundo um mesmo quadro de referência.

Encaminhamentos para uma análise discursiva e interacional do desvio/estigma

Conforme se depreende dos trabalhos de Goffman e Becker, são fluidas as fronteiras entre o mundo da normalidade e o do desvio, e as negociações inerentes à construção desses mundos não podem ser satisfatoriamente apreendidas sem que estejam dispostas em molduras cul-

turais e contextuais e sem que sejam flagradas no curso dos trabalhos retóricos que lhes dão substância. Apesar disso, a sociologia interacionista raramente esteve a serviço da análise empírica dos processos discursivos de rotulação, isto é, da análise da fala-em-interação que consubstancia o rótulo (ou a resistência a ele, como se verá adiante) no momento de sua aplicação cotidiana. Por essa razão, este artigo, conforme anunciado em sua introdução, apresenta também a tarefa de articular a abordagem sociológica a categorias analíticas próprias do campo da sociolinguística interacional. Assim, sugiro, nesta seção, algumas lentes através das quais o trabalho interacional relacionado ao desvio/estigma pode ser observado e compreendido nas marcas das construções discursivas dos indivíduos desviantes, especialmente no trabalho de posicionar-se entre dois mundos, negociando rótulos pré-disponíveis. Para esse fim, focalizarei apenas um aspecto da negociação identitária do desvio/estigma, aquele que passo a chamar de mitigação do estigma/desvio. Também como já se disse, dois caminhos parecem dar conta desse aspecto: a análise do trabalho de face e análise das narrativas que emergem do encontro misto.

Trabalho de face e manipulação do estigma

Perseguindo a teoria goffmaniana, parto da premissa de que um ator social, em interação face a face, tende a apresentar-se “num ciclo de encobrimentos, descobrimentos, revelações falsas e redescobertas” (Goffman, 2009, p. 17), sempre positivamente e com base nos consensos sociais (provisórios) sobre o que seja isso. Tal tendência, que, como dito, orienta as imagens do *self* projetadas em quaisquer encontros sociais, amplifica-se especialmente nos encontros mistos – como definido por Goffman, aqueles que reúnem face-a-face atores sociais estigmatizados e não estigmatizados. Nesses encontros, comparece uma tensão entre a fluidez conversacional que caracteriza a normalidade das interações sociais e o reconhecimento que os participantes fazem da quebra de expectativa promovida pelo estigma.

Para realizar a tarefa de construir-se sob uma luz favorável, o indivíduo que porta ou a quem potencialmente se aplicaria um estigma precisa, conforme já se disse, engajar-se em um esforço de desconstrução dos signos estigmatizantes, a partir de mecanismos de simulação, amenização ou ressignificação de uma marca resultante da quebra de demandas expressivas do encontro. Os participantes se colocam, portanto, a serviço da “ordem ritual”, um tipo de controle social informal, tacitamente sustentado, feito de convenções e procedimentos do “como agir” em interação (Goffman, 2011).

Nesse sentido, o trabalho de análise discursiva que se debruça sobre o dinamismo dessa apresentação do *self*, ou seja, a identificação das estratégias de manutenção e proteção de face (*face work*) e as técnicas de controle

da informação que emergem do encontro, amenizando o estigma, contribuem para o entendimento de como a linguagem (des)constrói as tensões interacionais.³

Em trabalho recente, por exemplo, na tentativa de conciliar a categoria de face com as noções de estigma e normalização, lancei foco sobre as estratégias interacionais que marcaram as entrevistas com internos de um complexo penitenciário (Biar, 2012). Diante do rótulo criminal institucionalizado, naturalmente presentificado na situação da entrevista, notava-se muito empenho da parte dos internos para construírem-se como cidadãos conscientes e entrevistados solícitos e amistosos, e um enorme esforço interacional também da parte da entrevistadora para que tal linha de apresentação estivesse preservada. Isso se dava a partir de um uso ostensivo de estratégias de controle da informação, tais como evitação, indiretividade, vagueza e digressões em relação aos tópicos críticos para a manutenção da imagem positiva, como menções a crimes praticados ou a motivações triviais.

Para fins de exemplificação, apresento aqui um dado representativo de algumas dessas estratégias. O excerto a seguir destaca o início da entrevista com João, interno de aproximadamente 30 anos, uma das lideranças de sua facção criminoso na cadeia e com várias passagens pelo sistema prisional. João foi entrevistado na escola prisional da instituição penal, e mostrou-se durante todo o período de trabalho de campo entusiasmado e cooperativo com a pesquisa. A própria atividade de entrevista está aqui sendo compreendida como um encontro misto entre pesquisadora e interno. A passagem a seguir ilustra de maneira breve o tipo de constrangimento interacional detonador dos mecanismos de invisibilização dos signos potencialmente ameaçadores da face do entrevistado⁴:

1	Liana	hh hh então tá bom. é:: João↓ ↑ como é que:: como é que foi (tudo) João?
2		como é que cê::
3	João	bom.
4	Liana	[quê que:: basicamente aconteceu na sua <u>vida</u> assim::
		[...]

Na linha 1, a pesquisadora introduz a questão de maneira hesitante (notada pelos frequentes alongamentos de vogais nas linhas 1 e 2) e vaga, de modo a não nomear explicitamente o tópico da pergunta. Elipses como essa são constantes nos dados. Na reformulação presente na

linha 4, “quê que basicamente aconteceu na sua vida...”, o apagamento da ação criminal se mantém, e o trecho sugere encobrimento de um conteúdo potencialmente gerador de obstáculos para a linha de ação amistosa e pacífica que o interlocutor presumivelmente tentava sustentar. Também nesse sentido, cabe notar que o apagamento da ação implica logicamente uma não atribuição de agentividade a João, encaminhando, para a adesão criminal, um sentido de acaso muito diferente da acusação implícita em uma construção hipotética do tipo: “como você escolheu entrar para o crime?”.

Em resumo, a hesitação, a elipse e o esvaziamento da agentividade de João em relação à entrada para o crime servem como estratégia de evitação de confronto com a identidade criminal do entrevistado e constituem-se como trabalho de face. Uma análise dessa natureza, que privilegia as estratégias linguístico-discursivas presentes nas sequências interacionais, permite flagrar *in loco* a emergência e a negociação situada dos rótulos desviantes/estigmatizantes, recuperando, em toda a sua radicalidade, o fundamental das reflexões originais de Becker e Goffman: o caráter simbólico, provisório e negociado do desvio/estigma, em particular, e da própria identidade, de maneira geral.

Análise de narrativa e neutralização do desvio

Como já se disse, subjaz a uma análise interacionista a crença de que o indivíduo desviante, especialmente quando em interação com não-desviantes, permanece sensível aos juízos de normalidade fundados no encontro e estabilizados em seu grupo social. O conceito de neutralização, formulado por Becker (2008), diz respeito justamente a essa sensibilidade do desviante em relação aos padrões, e ao modo como esses padrões tendem a emergir nos encontros mistos. Para Becker, tais técnicas consistem quase sempre em explicações ou justificativas para sua condição, de modo a torná-la, se não meritosa, ao menos aceitável para o grupo. As narrativas que emergem de encontros mistos tornam-se, nessa perspectiva teórica, um lugar privilegiado para se aplicar essas técnicas de normalização da diferença.

Especialmente os estudos de Linde (1993) e Bruner (1990), que abordam a coerência na narrativa, isto é, o modo como os eventos contados nas histórias relacionam-se, a partir de mecanismos de atribuição de sequencialidade e causalidade fiéis, não a uma ordem do real, mas ao que é aceito culturalmente – e localmente, acrescento –, se mostram produtivos para a análise do desvio. Em narrativas

³ Cabe aqui mencionar que os estudos sobre o trabalho de face foram, desde Brown e Levinson (1987), fortemente vinculados ao campo da pragmática e às teorias da polidez, que não necessariamente recuperam esse percurso teórico goffmaniano sobre as estratégias de normalização do *self* demandadas pela violação de expectativas interacionais fundadas na diferença, e a moldura sociológica dentro da qual a categoria foi inicialmente formulada.

⁴ Convenções de transcrição utilizadas: hh hh indicando aspiração ou risos; :: indicando alongamento de vogais; ↓ ↑ indicando entonação ascendente e descendente, sublinhado indicando ênfase; . indicando entonação descendente ou final de elocução; [] indicando sobreposição de falas.

de história de vida sobre, por exemplo, adesão ao tráfico de drogas, saída do armário, entrada para prostituição, dentre outras, se negociam explicações para o extraordinário das quebras de expectativas, ancoradas em sistemas de coerência que tornam essas experiências compreensíveis ou aceitáveis dentro de um quadro de referência maior.

No trabalho já mencionado com membros do tráfico de drogas internos de uma instituição penal, por exemplo, a partir da análise da sequencialidade de eventos narrativos e das relações de causa e efeito presentes na narrativa, foi possível observar que os participantes atribuíam constantemente a eventos disruptivos a causa da entrada para o crime. Assim, episódios de perseguição policial gratuita, drogadicção ou abuso sexual, para citar alguns exemplos presentes nos dados, serviam como base para os pontos de virada (Mishler, 2002) na construção narrativa. Era frequente o recurso a um sistema de coerência que foi denominado “pop-marxista”, isto é, uma visão de mundo segundo a qual as pessoas desviantes são produto de opressões externas de um sistema perverso.

Outro trabalho que se debruçou sobre narrativas em contexto prisional é o de O’Connor (1995). Na análise das entrevistas que realizou em uma cadeia de segurança máxima americana, a autora lança olhar para as construções narrativas de internos sobre suas ações criminais, e constata que, ao produzir relações de causalidade para seus crimes, em geral passionais, como os que envolvem violência sexual e/ou assassinato de pessoas próximas, os entrevistados trazem à tona em suas falas alternadamente pelo menos dois espaços de referenciação: o da ação criminal, em que o interno se constrói como um sujeito passivo, conduzido por “forças estranhas” e certos impulsos que estariam “dominando o seu corpo”, e o da própria entrevista, situação em que o narrador se posiciona num presente reflexivo sobre a ação criminal, assumindo responsabilidades e buscando explicações para a mesma.

Diferentemente do que foi descrito em Biar (2012), os entrevistados de O’Connor (1995) não responsabilizam o sistema, o governo ou a pobreza em seu discurso. O que comparece, ao contrário, se quisermos aplicar à análise da autora também a noção de coerência narrativa conforme formulada por Linde (1993), é um sistema de crença que atribui à ação criminal uma explicação mística, de possessão espiritual, mais próxima, portanto, das teses psicologizantes de explicação do desvio.

Nos dois estudos, os dados foram gerados em um tipo de encontro social misto – a entrevista de pesquisa – e em ambos se nota o esforço dos entrevistados para mitigar o caráter desviante de suas ações a partir da construção discursiva de um assujeitamento a forças – sociais ou psicológicas – que anulam, ou ao menos enfraquecem, o arbítrio individual. Um ponto possível de se defender aqui é que essas narrativas funcionam interacionalmente como técnicas de neutralização que podem ser compreendidas como parte do trabalho retórico de (des)construção do rótulo desviante.

Em resumo, assim como o que foi defendido acerca da análise do trabalho de face nas interações mistas, acredita-se que o exame da codificação da agentividade e dos sistemas de coerência em que se baseiam essas narrativas fornecem bases para a compreensão da emergência e manejo do desvio/estigma na fala-em-interação.

Considerações finais

Procurou-se, neste artigo, apresentar breve e comparativamente as noções de estigma e desvio, conforme formuladas por Goffman e Becker, à luz dos encaminhamentos teóricos e do projeto sociológico de que fazem parte. O texto procurou ressaltar, prioritariamente, as dimensões simbólica e situada das duas noções, para em seguida articulá-las a duas possibilidades analíticas típicas da pesquisa em sociolinguística interacional. Por meio da revisão dos trabalhos de Biar (2012) e O’Connor (2005), procurou-se argumentar em favor do recurso à análise do trabalho de face e das narrativas que emergem de encontros mistos – especialmente (mas não exclusivamente) as entrevistas de pesquisa com sujeitos e grupos desviantes – para construir entendimentos sobre os modos como os rótulos são mobilizados e negociados no trabalho retórico dos participantes do encontro.

Por fim, para concluir esta defesa sobre a necessidade de inclusão de categorias interacionais/discursivas na pesquisa sobre desvio e estigma, valho-me aqui do clássico argumento etnográfico acerca da valorização da perspectiva êmica, isto é, aquela que os próprios participantes do encontro têm e demonstram sobre suas ações (conferir, por exemplo, Garcez, 2008). Como se viu, não sendo passíveis de uma definição essencializante, o desvio e o estigma não podem ser pressupostos fora das situações sociais em que eles comparecem; podem, no entanto, ser inferidos da análise das sequências interacionais, a partir daquilo que os participantes silenciam, amenizam ou tornam relevante. E, em último resumo, tanto as técnicas de controle da informação materializadas no trabalho de face quanto as narrativas que justificam o extraordinário com base em expectativas culturais parecem prestar-se a esse fim.

Referências

- BECKER, H. 2008 [1963]. *Outsiders: Estudos da sociologia do desvio*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 232 p.
- BRUNER, J. 1990. *Acts of meaning*. 1ª ed., Cambridge, Harvard University Press, 177 p.
- BIAR, L. 2012. *Realmente as autoridades veio a me transformar nisso: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de doutorado. PUC-Rio, 246 p.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. 1987. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge, Cambridge University Press, 345 p.
- BUCHOLTZ, M.; HALL, K. 2005. Identity and interaction: a socio-cultural linguistic approach. *Discourse studies*, 7(4-5):585-614. <http://dx.doi.org/10.1177/1461445605054407>
- BUTLER, J. 1990. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. 1ª ed., New York, Routledge, 236 p.

- GARCEZ, P.M. 2008. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: L.L. LODER; N. JUNG (eds.), *Fala-em-interação social: uma introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas, Mercado de Letras, 17-38.
- GEERTZ, C. 1989. *A interpretação das culturas*. 1ª ed., Rio de Janeiro, LTC, 323 p.
- GOFFMAN, E. 1988 [1963]. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 159 p.
- GOFFMAN, E. 2009 [1959]. *A representação do eu na vida cotidiana*. 16ª ed., Petrópolis, Vozes, 233 p.
- GOFFMAN, E. 2011 [1967]. *Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 1ª ed., Petrópolis, Vozes, 255 p.
- LINDE, C. 1993. *Life Stories. The creation of coherence*. 1ª ed., New York, Oxford University Press, 242 p.
- MISHLER, E.G. 2002. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In: L.P. MOITA
- LOPES; L.C. BASTOS (eds.), *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, Mercado de Letras, p. 99-119.
- MOITA LOPES, L.P (ed.). 2003. *Discursos de identidades*. 1ª ed., Campinas, Mercado das Letras, 272 p.
- MOITA LOPES, L.P. 2002. *Identidades fragmentadas*. 1ª ed., Campinas, Mercado das Letras, 232 p.
- O'CONNOR, P. 1995. Speaking of crime: I don't know what made me do it. *Discourse and Society*, 6(3):429-456.
<http://dx.doi.org/10.1177/0957926595006003008>
- PARK, R. 1916. The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. *American journal of sociology*, XX:577-612.
- SCHUTZ, A. 1979. *Fenomenologia e relações sociais*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 319 p.
- SIMMEL, G. 2013 [1916]. Mudança das formas sociais. *Revista Plural*, 20(2):189-194.
- VELHO, G. 2000. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*, 6(13):15-29.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832000000100002>
- VELHO, G. 2003. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 144 p.
- VELHO, G. 2007. *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 228 p.
- VELHO, G.; MACHADO DA SILVA, L. 1977. Organização social do meio urbano. *Anuário antropológico*, 76:71-82.

Submetido: 18/07/2014
Aceito: 08/01/2014

Liana de Andrade Biar

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea
22451-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil